TCE julga hoje esquema de fraude na Saúde

■ Julgamento será o maior da história do tribunal e envolverá ex-secretário e diretores de hospitais por desvios de R\$ 28 milhões

O julgamento do esquema de corrupção montado na Secretaria Estadual de Saúde em 1994, hoje, será o maior dos 58 anos da história do Tribunal de Contas do Estado (TCE). A expectativa no tribunal é que o conselheiro relator do processo, Humberto Braga, proponha a pena administrativa máxima — multas e devolução de dinheiro desviado — a toda a cúpula da Secretaria e aos diretores de quase todos os hospitais da rede do Estado no período. Mais de 60 servidores e ex-servidores serão denunciados por suspeitas de um rombo de, no mínimo, R\$ 28 milhões.

Ontem, o principal acusado, o ex-secretário de Saúde Astor Pereira de Mello impetrou queixa-crime no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra o presidente do TCE, Sérgio Quintella, e o relator Humberto Braga. Na ação por calúnia e difamação, o advogado Antônio Claret da Silva afirma que não foi dado a Astor de Mello o direito de defesa e que ele teve sua honra maculada em entrevistas dos dois conselheiros nas últimas 72 horas. Os dois membros do TCE — diz a queixa-crime — cometeram outro delito “pelo fato de ter sido dada publicidade a ato que deveria ser mantido em sigilo”, conforme determina o artigo 71 do Regimento Interno do Tribunal de Contas”. Se Astor de Mello tiver ganho de causa, poderá ser anulado o julgamento de hoje no TCE.

Já o presidente do Conselho Regional de Medicina (Cremerj), Mauro Brandão, pedirá hoje a Sérgio Quintella que a entidade tenha acesso ao processo para identificar se há médicos envolvidos nas fraudes “para tomar providências éticas cabíveis”.

Punições — Se houver condenações hoje no TCE, as penas se dividirão em três tipos, depen-

dendo da gravidade do caso: multas que chegam a 1.000 Uferjs (R\$ 33 mil), devolução de dinheiro — há provas de um desvio de pelo menos R\$ 6 milhões em recursos públicos — e notificação a servidores suspeitos para que provem que não cometeram irregularidades. Nos casos mais graves o relator deverá pedir uma combinação de multa e imputação de débito (ressarcimento).

Mas a eventual condenação dos fraudadores não significará a imediata aplicação das penas. Nas três situações, os condenados terão direito a 30 dias para apresentar defesa no TCE. Neste caso, o presidente do tribunal terá que nomear novo relator para o processo e repetir o rito processual até o recurso chegar ao plenário. Condenado a pagar 1.000 Uferjs em 1993, o ex-secretário Luiz Cadorna recorreu e até hoje não pagou a multa.

Homicídios — Sob a alegação de que “muitas vidas deixaram de ser salvas na gestão de ambos por falta de recursos”, o presidente do Sindicato dos Médicos, Luiz Roberto Tenório, enviou carta ontem ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Lisboa da Gama Malcher, pedindo que os ex-secretários de Saúde Luiz Orlando Cadorna e Astor de Mello sejam processados por homicídio.

Segundo o advogado Jorge Beja, qualquer pessoa que procurou socorro e foi mal atendida ou não teve atendimento adequado na rede de saúde estadual em 1994 pode pedir reparação contra o poder público. “É possível entrar com ação ordinária de indenização”, disse Beja. De acordo com a Defensoria Pública Geral do Estado, é possível processar o estado ou médicos nas áreas cível ou criminal por mal atendimento ou atendimento precário, mesmo sem se levar em conta a ocorrência de fraudes na área.

Cassação — No Cremerj, o presidente, Mauro Brandão, insistiu em que pretende levantar os nomes dos colegas envolvidos nas fraudes. “Mas só de posse do relatório posso abrir uma sindicância. Se ficar comprovado o envolvimento de algum colega, vamos abrir processo ético-profissional”, disse. No caso, as penalidades vão desde a advertência até a cassação do registro.

Todos os acusados têm direito a acompanhar a sessão de hoje do TCE, mas não podem se pronunciar. A previsão é que o julgamento dure aproximadamente uma hora. Depois de ler o relatório final — de 100 páginas — ou um resumo dele, o relator Humberto Braga colocará o processo em votação. Votarão em seguida os conselheiros Reynaldo Sant’anna; José Luiz de Magalhães Lins e Aluizio Gama. O conselheiro Paschoal Cittadino, em férias regimentais, não deve comparecer. Numa hipótese de empate, o presidente Sérgio Quintella dará o voto de Minerva. Ontem, Quintella comentou a queixa-crime impetrada por Astor de Mello, afirmando que no TCE ninguém divulgou qualquer nome de envolvidos nas fraudes.

Depois do julgamento, Quintella comunicará a decisão ao governo do estado, ao Banco do Brasil — por causa de envolvimento de bancários nas fraudes —, ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Receita Federal e ao Ministério Público, para que os fraudadores sejam acionados criminalmente. Em quatro meses de investigação, a equipe de auditores do TCE descobriu 17 tipos diferentes de irregularidades na Saúde em 1994 — compras fictícias, furto de material, superfaturamentos de até 1.500% e aquisição de material de empresas fantasmas.